

Nota Introdutória

A Europa é uma civilização e a UE é um conjunto institucional criado, como bem sabemos, por uma decisão política. Mas sabemos também que as criações políticas não são indefinidamente perenes. O sucesso da integração europeia é positivo a vários níveis, mas não podemos crer que é irreversível. É necessário proceder a análises, questionar, debater, formular interrogações, que permitam diagnosticar as crises e procurar as soluções necessárias.

Importa refletir sobre as crises. A crise da UE não terá as suas raízes no seu próprio sucesso?

O plano de Robert Schuman de 1950, tal como os Tratados de Roma de 1957, conduziram à integração económica da Europa Ocidental, à formação de um mercado único, à abolição sucessiva das fronteiras aduaneiras, ao Ato Único em 1986, à liberdade de circulação de produtos, de serviços, de capitais, de pessoas, mecanismo da integração e um dos fundamentos da Comunidade Europeia.

Se este mecanismo é de cariz essencialmente económico, a verdade é que o projeto lançado pelos chamados “pais fundadores” da Comunidade Europeia foi, desde o início, um projeto por excelência político. Um princípio norteador das suas preocupações foi, sem dúvida, a paz¹. Compreende-se. A Europa era, pois, não um problema, mas uma solução.

As iniciativas políticas encontraram, porém, sérias dificuldades. Basta lembrar a CED em 1954 e o plano Fouchet de 1962, entre muitas outras. A economia deveria formar uma “solidariedade de facto”, subjacente à comunidade política. A *pax europea*, ideal superior do projeto comunitário, realizava-se, justificava-se, pela prosperidade, pelo crescente potencial económico: mercado comum, moeda única, alargamentos sucessivos da UE. Perguntar-se-á, e repito: os elementos constitutivos do seu sucesso não são também elementos da crise? O alargamento suscita inquietação; a supranacionalidade pode pôr em perigo o interesse nacional; a gestão da UE é complexa. A Europa, que se quer “unida na diversidade”, confronta-se com as discórdias entre o nacional e o europeu.

Lembre-se o filósofo e historiador francês Michel Gauchet (1946-), fundador com Pierre Nora da revista *Le Débat*, para quem a unificação europeia se faz a partir das na-

1 BITSCH, Marie-Thérèse – *L'Histoire de la construction européenne de 1945 à nos jours*. Bruxelles: Complexe, 2004.

ções e não pela destruição das nações. Na verdade, um traço particular da experiência europeia é que o princípio nacional coexiste com a ambição universal. A este propósito, recorde-se que Jean Monnet procurou fazer convergir os diferentes interesses nacionais numa comunidade de interesses. E Jacques Delors desejava uma União Europeia como uma federação de Estados-Nação.

Face à mundialização, é importante uma estratégia comum a nível económico e social, mas igualmente no campo da segurança. Promover a democracia como elemento fundamental da “segurança humana”, pode ser um novo conceito da política da paz.

A crise europeia coloca o problema das fronteiras, problema este que está na ordem do dia. A incerteza das fronteiras é uma das particularidades da União Europeia.

Um outro desafio prende-se com a Europa social. O social faz parte do desenvolvimento durável da democracia participativa. Este é um dos desafios permanentes no processo de aprofundamento da integração europeia.

Todavia, não podemos esquecer as tensões existentes na UE entre o quadro nacional e a visão comunitária. No domínio político, os problemas adensam-se. A Europa não é um conjunto definido pela origem étnica, mas pode ser pela cultura, pela educação, pela história, pelos valores, pela visão de futuro.

Ao considerar os valores europeus, é evidente que eles podem ser relevados de formas diversas. Tzvetan Todorov, historiador, filósofo, linguista de origem búlgara (1939-2017)², salienta a racionalidade, a justiça, a democracia, a liberdade. O filósofo polaco Krzysztof Michalski (1948-2013) destaca a promoção da liberdade dos direitos do homem, da democracia, do Estado de direito, do direito das minorias, da solidariedade³.

Um elemento nodal é a referência à pessoa humana. Este cadinho de valores europeus é o resultado do destino coletivo da Europa. Ele não é uma mera construção ideológica, mas o resultado do destino comum da Europa.

Torna-se imperativa a aproximação das culturas, a recuperação da memória europeia. A Europa tem necessidade de um quadro cultural e educativo comum para além das diversidades, em concreto, para além da diversidade das línguas.

Importa, como sempre, lembrar a reflexão filosófica sobre a Europa. Recordo o filósofo checo Jan Patočka (1907-1977), que proclamava a necessidade da unificação europeia pelo reencontro da sua dimensão espiritual, pela *cura animi*. Podemos ainda referir a representação literária da Europa e evoco o poeta, músico, crítico literário americano, Ezra Pound (1885-1972), para quem as aspirações dos povos encontram a sua justificação na poesia.

Uma questão crucial coloca-se nesta interrogação, que permanece: a Europa deve ser vista como síntese e/ou mosaico de histórias e de culturas nacionais (com subdivisões

2 TODOROV, Tzvetan - *Le Nouveau Désordre mondial*. Paris: Robert Laffont, 2003.

3 MICHALSKI, Krzysztof - *Conditions of European Solidarity*. Vol. I. New York: Central European University Press, 2006.

regionais), ou de uma outra forma, uma forma nova, uma forma a inventar, como sugeria Bronislaw Geremek (1932-2008)?⁴.

A Europa e a UE devem ser um processo contínuo de aprendizagem, de educação. Aprendizagem e prática de tudo quanto possa promover a compreensão mútua dos Europeus e a percepção mais clara das interdependências internacionais. Este é um profícuo caminho para o futuro comum. Desse perguntar–responder recíproco, as diferentes culturas nacionais sairão enriquecidas.

Dessa interação cultural pode resultar uma certa consciência comum, uma síntese de valores, uma *common core* de ideias e de princípios de validade universal.

Nas palavras de Ortega y Gasset, liberdade e pluralismo são elementos que se interpenetram e ambos constituem a essência da Europa. Seria assim...

Evoco, para concluir, o europeísta federalista Denis de Rougemont, que define a Europa como a “pátria da memória”. Mais do que a Casa Comum europeia, Denis de Rougemont acalentava este desígnio no porvir da Europa: “É vocação dos europeus fazer a Europa, porque é preciso fazer o Mundo”. Estas suas palavras são hoje plenas de atualidade.

Um agradecimento à Reitoria da Universidade de Coimbra na pessoa da Senhora Vice-Reitora, Professora Doutora Clara Almeida Santos, pelo apoio que viabilizou esta publicação no âmbito da 20.^a edição da Semana Cultural da Universidade de Coimbra. Reconhecimento é devido ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e à Fundação Eng.º António de Almeida, que nos deram uma inexcelável colaboração.

Aos Autores que, numa perspetiva interdisciplinar, nos oferecem o seu saber e a sua competência, e nos propiciam uma reflexão profunda sobre temas de particular atualidade, um grato obrigada.

A Coordenadora
Maria Manuela Tavares Ribeiro
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 17 de abril de 2018

4 PITCH, Robert - Perspectives: à la recherche de l'Europe réelle. In GEREMEK, Bronislaw, PITCH, Robert (dir.), *ob. cit.*, p. 419-430.